

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS**  
Curso de Ciências Contábeis (Ênfase em controladoria)

**A CONTABILIDADE E SUA CONTRIBUIÇÃO NOS ASPECTOS GERENCIAIS:  
Um estudo na Celulose Irani S.A.**

Belo Horizonte  
2014

Elisângela Cristina de Souza Campos  
Lorena Lopes Parreiras  
Romelho Marques de Souza  
Tiago Souto de Oliveira

**A CONTABILIDADE E SUA CONTRIBUIÇÃO NOS ASPECTOS GERENCIAIS:  
Um estudo na Celulose Irani S.A.**

Trabalho Interdisciplinar apresentado às disciplinas de Controladoria em Agronegócio, Contabilidade Gerencial, Controladoria Financeira e Contabilidade Fiscal e Tributária da Escola de Ciências Contábeis da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para aprovação no 6ª período.

Professores: Josmária Lima R. de Oliveira  
Othon Pereira de Mello  
Sergio Luiz Ferreira Mol  
Vagner Antônio Marques

Belo Horizonte  
2014

## LISTA DE SIGLAS

AC – Ativo Circulante

ACO – Ativo Circulante Operacional

ANC – Ativo Não Circulante

AP – Ativo Permanente

CCL – Capital Circulante Líquido

CDG – Capital de Giro

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CRCRJ – Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro

CS – Contribuição Social

ELP – Exigível a Longo Prazo

IAS – International Accounting Standard

IR – Imposto de Renda

IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica

LALUR – Livro de Apuração do Lucro Real

NCG – Necessidade de Capital de Giro

NLCDG – Necessidade Líquida de Capital de Giro

PC – Passivo Circulante

PCO – Passivo Circulante Operacional

PIB – Produto Interno Bruto

PL – Patrimônio Líquido

PMR – Prazo médio de Recebimento

PNC – Passivo Não Circulante

RLP – Realizável a longo prazo

SAG – Subvenções e Assistências Governamentais

SELIC – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia

T – Tesouraria

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>5</b>
1.1	Objetivos	5
1.1.1	<i>Objetivo geral</i>	5
1.1.2	<i>Objetivos específicos</i>	6
1.2	Justificativa	6
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b>	<b>7</b>
2.1	Agricultura e Agronegócio	7
2.1.1	<i>IAS 41 e CPC 29 - Ativos biológicos</i>	8
2.1.2	<i>Condicionantes à contabilização dos Ativos biológicos</i>	9
2.1.3	<i>Exemplo prático</i>	10
2.2	Tributação no Agronegócio	10
2.2.1	<i>Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ)</i>	11
2.2.2	<i>Lucro Arbitrado</i>	11
2.2.3	<i>Lucro Presumido</i>	11
2.2.4	<i>Lucro real</i>	12
2.2.5	<i>Subvenções e Assistências Governamentais (SAGs)</i>	13
2.2.6	<i>Impostos diferidos (IR/CS)</i>	14
2.3	Gestão financeira	15
2.3.1	<i>Capital de Giro (CDG)</i>	15
2.3.2	<i>Necessidade de Capital de Giro (NCG)</i>	16
2.3.3	<i>Tesouraria (T)</i>	17
2.4	Sistema Gerencial	18
2.4.1	<i>Controladoria</i>	18
2.4.2	<i>Indicadores de Desempenho Econômicos e Financeiros</i>	19
2.4.3	<i>Retorno do Investimento (ROI) - RETURN ON INVESTMENT</i>	20
2.4.4	<i>Lucro Residual</i>	20
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>22</b>
<b>4</b>	<b>ANÁLISE DE DADOS</b>	<b>23</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b>	<b>32</b>
	REFERÊNCIAS	34
	ANEXOS	37

## 1 INTRODUÇÃO

Representando o setor econômico que mais contribui para a formação do PIB e para balança comercial, o Agronegócio, também se destaca como um dos principais geradores de emprego e renda no Brasil. O país é considerado o “celeiro do mundo” quando se fala em abastecimento mundial de grãos e outros produtos agrícolas. Neste sentido, fica evidente uma maior necessidade de adoção de critérios contábeis que expressem com transparência a posição patrimonial das organizações, haja vista a importância do segmento para a economia do país.

Ferramentas eficazes de planejamento, controle e gerenciamento empresarial são essenciais à manutenção e crescimento contínuos dos mais diversos segmentos de negócios. Em busca da maximização das riquezas e expansão das atividades, a Controladoria Financeira e a Contabilidade Gerencial ocupam papel de destaque, fornecendo informações relevantes da situação patrimonial atual da empresa e auxiliando os gestores e empresários, através do planejamento estratégico, a atingirem os objetivos.

O estabelecimento de Políticas Tributárias que caminhem em consonância com os objetivos traçados pela companhia, paralelamente à correta observância e aplicação das normas fiscais, contribuem significativamente para o alcance das metas estabelecidas, permitindo o aproveitamento dos benefícios tributários disponíveis e evitando possíveis incorreções frente às exigências tributárias.

Diante deste cenário, como a informação contábil em suas diversas abordagens contribui para auxiliar os diversos usuários na tomada de decisão?

### 1.1 Objetivos

#### 1.1.1 Objetivo geral

Analisar as demonstrações contábeis de uma empresa do segmento de agronegócio para evidenciar a relevância da Contabilidade nas perspectivas financeira, tributária e gerencial.

### **1.1.1 Objetivos específicos**

- a) Identificar a observância do disposto no pronunciamento técnico CPC 29;
- b) Identificar aspectos contábeis e tributários relacionados aos incentivos e subvenções governamentais;
- c) Verificar aspectos gerenciais na prestação de informação aos usuários

### **1.2 Justificativa**

O presente estudo tem relevância pelo fato do agronegócio ser uma das principais atividades do país, contribuindo com a maior parte do PIB nacional, sendo que problemas de gestão financeira neste setor podem acarretar complicações na economia nacional.

O estudo contribui também para o melhor entendimento das contribuições que a Contabilidade pode proporcionar aos seus diversos usuários ao analisar aspectos financeiros e gerenciais com vistas à tomada de decisões.

Por fim salientamos também a expansão do nosso conhecimento, pois na condição de discentes, as pesquisas são de grande relevância para consolidarmos as informações discorridas em sala de aula e aplicarmos na realidade das empresas.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Neste tópico, será abordado sobre a origem da agricultura e agronegócio e a aplicação do CPC-29 nos ativos biológicos; serão abordadas também referências que darão suporte ao entendimento dos aspectos de tributação advindos da atividade agrícola; e referências sobre aspectos relacionados a perfis financeiros e gerenciais os quais a empresa de estudo se encontra.

### **2.1 Agricultura e Agronegócio**

Para o entendimento de como surgiu à agricultura é necessário remeter ao início das civilizações. Nesta época as pessoas viviam em bandos nômades, sendo condicionados à coleta de alimentos silvestres, caça e pesca. Muitas vezes essas civilizações precisavam mudar o tempo todo de lugar devido à falta desses recursos indispensáveis a sua sobrevivência fazendo com que não conseguissem traçar planos de longo prazo.

Em um dado momento, eles perceberam que as sementes dos alimentos que coletavam se plantadas germinavam, cresciam e frutificavam, tornando-se alimentos novamente, e descobriram também que poderiam domesticar animais e os criar em cativeiros.

Segundo Araújo (2003) a agricultura representa toda a exploração da terra, quer seja pelo cultivo de lavouras e florestas ou na criação de animais com vistas à obtenção de produtos que irão suprir as necessidades humanas.

Essa descoberta possibilitou a esses nômades fixar-se em um lugar e explorar a agricultura de subsistência, ou seja, uma agricultura rudimentar voltada apenas para os fins de abastecimento do consumo próprio.

Passado o tempo uma grande parte das pessoas que viviam no campo foi migrando para os grandes centros urbanos, esse deslocamento caracterizou-se como êxodo rural. Em fator disso, uma pequena porção de trabalhadores rurais tornam se responsáveis pela produção que atenderia um maior número de consumidores.

Nesse sentido, a agricultura que era estratificada ou atividade primária, passa agora a depender de outros serviços, máquinas, armazéns, infraestrutura, agroindústrias, mercados e exportação. Neste cenário surgiu o conceito de

agronegócio, que é a agricultura melhorada por ocasião de uma necessidade de comercialização dos produtos gerados.

John Davis e Ray Goldberg (1957) entendem agronegócio como:

“[...] o conjunto de todas as operações e transações envolvidas desde a fabricação dos insumos agropecuários, das operações de produção nas unidades agropecuárias, até o processamento e distribuição e consumo dos produtos agropecuários ‘in natura’ ou industrializados” (apud RUFINO, 1999).

Esse processo a que o autor se refere pode ser observado em praticamente toda agricultura brasileira, as quais possuem todo um aparato que vai desde máquinas e equipamentos a laboratórios para manipulação genética de linhagens resistentes a pragas, fertilizantes para melhorar a qualidade do solo dentre várias outras pesquisas para melhoramento da produção agrícola.

### **2.1.1 IAS 41 e CPC 29 - Ativos biológicos**

RECH *at al* (2006), explicam que o pronunciamento IAS 41 se volta para o setor primário e tem por objetivo específico a normatização das apresentações e divulgações das demonstrações de empresas relacionadas a atividades agrícolas.

Segundo Wanderley, Silva e Leal (2012) a norma determina critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos biológicos durante a fase de crescimento, degeneração, produção e reprodução, sendo que quando possível mensurar o valor justo confiavelmente, este deverá ser usado como critério no início das demonstrações incluindo as trimestrais, sendo evidenciando os ganhos e perdas decorrentes das variações do valor justo.

No Brasil, os pronunciamentos técnicos CPC's são traduções das normas internacionais emitidas, ou seja, o CPC-29 é o pronunciamento correlacionado ao IAS 41, no qual se estabelece o tratamento contábil a ser dado aos ativos biológicos no ponto de colheita.

Vale ressaltar que o CPC-29 limita-se ao tratamento contábil dos ativos biológicos até o ponto da colheita, não fazendo referência a produtos colhidos e que serão beneficiados para obtenção de outros produtos como: Florestas que são transformadas em madeira serrada e celulose.



### **2.1.2 Condicionantes à contabilização dos Ativos biológicos**

Segundo o CPC-29, os ativos biológicos devem ser mensurados ao valor justo menos as despesas de vendas no momento do reconhecimento inicial de cada período de competência, exceto nos casos que o valor justo não possa ser mensurado confiavelmente.

É tratado também o reconhecimento de ganhos e perdas decorrentes das variações do valor justo, com efeito, o CPC-29 traz em seu item 26 que os ganhos e perdas devem ser reconhecidos no resultado do exercício a que tenham origem.

No que tange a divulgação, o CPC-29 orienta que as empresas forneçam uma descrição dos grupos de ativos biológicos de forma dissertativa ou quantitativa, ou seja, em números ou por meio das notas explicativas.

Além, dessa descrição o pronunciamento orienta também a divulgação de cada grupo distinguindo entre consumíveis e de produção ou entre maduros e imaturos. Segundo o CPC29, os ativos consumíveis são aqueles que podem ser colhidos como produto agrícola ou vendidos como ativos biológicos. Já os de produção são aqueles destinados somente à produção e não a venda.

O CPC-29 conceitua ativos biológicos maduros aqueles que têm potencial de alcançar a condição de serem colhidos no caso de ativos consumíveis ou aptos para sustentarem colheitas regulares no caso de ativos para produção.

Outro ponto abordado pelo CPC-29 é a evidenciação dos métodos e premissas significativas na determinação do valor justo. Nesse sentido, o pronunciamento orienta em seu item 50 que as empresas evidenciem o método utilizado para determinação do valor justo de cada produto agrícola no momento da colheita de cada grupo de ativos biológicos.

Também neste pronunciamento há menção a apresentação da conciliação das mudanças no valor contábil entre o início e o fim do período corrente, devendo incluir: ganho ou perda decorrente de variação do valor justo deduzida das despesas com vendas; aumento devido a compras; reduções atribuídas a vendas ou a ativos destinados a vendas; reduções devido a colheitas; aumento resultante de combinação de negócios e diferenças cambiais dentre outras mudanças.

### **2.1.3 Exemplo prático**

Publicado um estudo intitulado: Tratamento Contábil de Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas: uma Análise das Principais Empresas do Agronegócio Brasileiro pelos autores: Carlos Alexandre Nascimento Wanderley, Anderson Chaves da Silva e Rodrigo Barreiros Leal pela revista pensar contábil do CRCRJ (2012), onde eles objetivaram avaliar o grau de observância do disposto no CPC-29 em relação aos ativos biológicos e produtos agrícolas.

Para a consecução desse objetivo eles estudaram três empresas do agronegócio brasileiro na área de alimentos e atividades frigoríficas as quais são: JBS, BRFoods, e Marfrig Group.

Na metodologia adotada foram utilizados parâmetros para verificar se as empresas objeto de estudo realmente observaram o que dispõe o CPC-29, sendo eles: reconhecimento e mensuração do valor justo; reconhecimento de ganhos e perdas referentes a mudanças no valor justo; descrição dos grupos de ativos biológicos; evidenciação dos métodos e premissas significativas aplicadas na determinação do valor justo; critérios utilizados para divulgação e forma de apresentação das conciliações.

Os resultados obtidos para as três empresas foram insuficientes no que tange ao disposto nos itens 41 a 45 do CPC-29 que orienta a divulgação dos ativos biológicos separados por grupos, sendo em quantias escrituradas ou de forma separada com descrição, ainda que narrativa, de cada grupo de ativos biológicos; os montantes de cada grupo e as descrições quantificadas dos ativos consumíveis, de produção, maduros e imaturos.

Quanto à apresentação das conciliações as empresas Marfrig Group e JBS atenderam ao disposto no CPC-29, porém não evidenciarão os métodos e premissas significativas para determinação do valor justo.

## **2.2 Tributação no Agronegócio**

De acordo com a legislação tributária da Receita Federal do Brasil, as pessoas jurídicas que possui atividade no agronegócio são tributadas com base nas mesmas regras aplicáveis às demais pessoas jurídicas, ou seja, podem ser tributado com base no lucro real, presumido ou arbitrado.

### **2.2.1 Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ)**

O Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) é um tributo de competência da União, onde o fato gerador é o lucro auferido pelas pessoas jurídicas que, consideradas as opções de enquadramento, poderá ser determinado através do cálculo do Lucro Real, Lucro Presumido ou Lucro Arbitrado.

### **2.2.2 Lucro Arbitrado**

O cálculo do IRPJ, considerando o Lucro Arbitrado como base para apuração, será aplicado pela autoridade tributária quando a pessoa jurídica deixar de cumprir as obrigações acessórias relativas à determinação do lucro real ou presumido.

O art. 532 do Regulamento do Imposto de Renda - RIR/99 trata dos critérios para apuração do lucro arbitrado e estabelece que, deverão ser aplicados percentuais de acordo com a natureza da atividade econômica exercida pela pessoa jurídica sobre a receita bruta quando conhecida, e em caso de desconhecimento, serão aplicados coeficientes sobre valores expressamente fixados pela legislação fiscal, como é determinado pelo art. 535 deste mesmo regulamento.

### **2.2.3 Lucro Presumido**

Essa opção de determinação do lucro para efeitos fiscais e, por consequência a apuração do IRPJ, tem como base as receita auferidas pelo contribuinte, de onde será presumida a base de cálculo para tributação.

As pessoas jurídicas autorizadas a optar pelo regime de apuração do lucro presumido, a partir de 2014, deverão possuir receita bruta igual ou inferior a R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais), no exercício anterior, ou a R\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais) multiplicado pelo número de meses em atividade no ano-calendário anterior, conforme rege a Lei nº 12.814/2013 art. 7º. Outra condição para opção deste regime é, o contribuinte não poderá se enquadrar nas atividades exercidas, formas de constituição societária ou natureza jurídica que estejam obrigadas à tributação pelo lucro real.

Fica a cargo da pessoa jurídica a opção pela apuração do lucro presumido através do regime de competência ou de caixa, devendo ocorrer trimestralmente,

aplicando sobre a receita bruta resultante das atividades, os percentuais determinados pelo art. 223 do RIR/99, somados às demais receitas integrantes da base de cálculo.

#### **2.2.4 Lucro real**

Para Silva e Rodrigues (2006), “Lucro Real é o lucro líquido do período, apurado com observância das normas das legislações comercial e societária, ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas pela legislação do Imposto de Renda.” (SILVA e RODRIGUES 2009, p. 01).

A pessoa jurídica que se enquadrar em qualquer dos incisos do art. 14 da Lei nº 9.718/98, estarão obrigadas a utilizar o regime do Lucro Real para apuração do IRPJ. Para os demais contribuintes a tributação pelo Lucro Real é facultativa.

O art. 299 do RIR/99 determina que somente as despesas necessárias às transações ou operações empresariais e devidamente suportadas por documentos hábeis e idôneos, poderão ser consideradas como dedutíveis na apuração do lucro real para cálculo do IRPJ. Caso contrário, as despesas deverão ser consideradas indedutíveis e adicionadas ao lucro para composição da base de cálculo do imposto.

Receitas oriundas de recuperação de créditos e reversões de saldos de provisões anteriormente constituídas, cujos valores não tenham sido deduzidos na apuração do lucro real dos períodos anteriores, lucros e dividendos recebidos de participações societárias, serão consideradas rendimentos não tributáveis devendo ser excluídas da base de cálculo do IRPJ.

Se houverem prejuízos fiscais em exercícios passados, estes valores poderão ser compensados em até 30% do valor do lucro do período atual, ou seja, reduzirão a base de cálculo do IRPJ atual.

Tais adições, exclusões ou compensações determinadas pela legislação do Imposto de Renda, deverão estar relacionadas no Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR), livro criado pelo Decreto Lei 1.598/77 para apuração do lucro fiscal, que servirá como base de cálculo para o IRPJ.

### **2.2.5 Subvenções e Assistências Governamentais (SAGs)**

Assistência e subvenção governamentais tem a seguinte definição dada pelo CPC 07(R1) - Subvenção e Assistência Governamentais (2010):

Assistência governamental é a ação de um governo destinada a fornecer benefício econômico específico a uma entidade ou a um grupo de entidades que atendam a critérios estabelecidos. Subvenção governamental é uma assistência governamental geralmente na forma de contribuição de natureza pecuniária, mas não só restrita a ela, concedida a uma entidade normalmente em troca do cumprimento passado ou futuro de certas condições relacionadas às atividades operacionais da entidade. (CPC 07 - R1, p. 02).

Chagas et al (2010, p. 9), define a subvenção governamental como uma espécie de assistência governamental, diferenciando-se apenas pela maneira de contribuição, enquanto a assistência governamental não possui caráter apenas pecuniário, podendo ser realizada através de outras ações, a subvenção governamental, na maioria das vezes, ocorre por meio de auxílio monetário.

Visando a convergência aos padrões internacionais de contabilidade, através da redação dada pela Lei nº 11.638/07, que inclui o art. 195-A na Lei nº 6.404/79, foi revogado o registro das SAGs como Reserva de Capital e criada a Reserva de Incentivos Fiscais.

Essa medida possibilita à companhia, de acordo com as definições em assembleia, destinar a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções para a reserva de incentivos fiscais, podendo ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

O Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1), visando regulamentar esse novo método de registro, estabelece que, as SAGs recebidas pelas empresas deverão ser contabilizadas como receita e não mais como Reserva de Capital.

Contudo, pesquisas relacionadas ao reconhecimento das SAGs como receita, evidenciam importantes impactos causados pela adoção desse novo método nos resultados e índices de rentabilidades apresentados pelas empresas, destacam-se os estudos de Tonetto Filho e Fregonesi (2010) e Loureiro, Gallon e De Luca (2011).

Tonetto Filho e Fregonesi (2010), ao analisar, em 2007, a empresa M. Dias Branco S/A e seus índices de endividamento e liquidez, detectaram que o

reconhecimento da SAG no resultado foi uma das principais causas das variações destes dois indicadores.

Em consonância com essa afirmativa, Loureiro, Gallon e De Luca (2011), ao analisar as demonstrações contábeis e os efeitos econômicos decorrentes do reconhecimento das SAGs nos resultados de oitenta e oito das cem maiores empresas abertas do Brasil, em 2009, concluíram a ocorrência de modificações significativas nos níveis de rentabilidade e confirmaram a importante representatividade das SAGs no capital dessas empresas.

### **2.2.6 Impostos diferidos (IR/CS)**

A IAS 12 – Impostos Sobre a Renda, citada por Rech e outros (2008 p. 5), define imposto diferido como um tributo sobre rendimentos recuperáveis ou pagáveis no futuro.

Ainda segundo Rech e outros (2008 p. 5), devido o resultado contábil, normalmente, ser diferente do resultado fiscal (tributável), é indispensável à determinação dos impostos diferidos nas demonstrações financeiras.

Nas atividades do agronegócio, o registro dos ativos biológicos ao valor justo, como estabelece o CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola, faz com que o lucro gerado pela entidade ocorra em um momento diferente do que é tributado. Assim, surgem dois resultados distintos, um contábil e o outro fiscal, sendo que o segundo será o exigido para fins de tributação.

Oriundos desses dois resultados distintos poderão surgir o passivo fiscal diferido ou o ativo fiscal diferido, ambos definidos pelo CPC 32 – Tributos sobre o Lucro:

Passivo fiscal diferido é o valor do tributo sobre o lucro devido em período futuro relacionado às diferenças temporárias tributáveis. Ativo fiscal diferido é o valor do tributo sobre o lucro recuperável em período futuro relacionado a: (a) diferenças temporárias dedutíveis; (b) compensação futura de prejuízos fiscais não utilizados; e (c) compensação futura de créditos fiscais não utilizados. (CPC 32, p.03)

## 2.3 Gestão financeira

A gestão financeira tem como objetivo principal assegurar de forma mais eficiente o gerenciamento dos recursos de uma organização, desde a captação até a sua aplicação, de forma a proporcionar uma maior geração de caixa e consequente aumento da riqueza dos sócios.

### 2.3.1 Capital de Giro (CDG)

O Capital de Giro, conforme Assaf Neto (2010) esclarece que se trata de recursos captados por meio dos proprietários (patrimônio líquido) ou por terceiros (fundos de curto ou longo prazo).

Já o Capital de Giro de acordo com o Modelo Fleuriet apresenta um significado e uma forma de calcular diferente, conforme definição, pelo Modelo de Fleuriet “o CDG se torna o total recurso de longo prazo que está disponível para conduzir operações normais ao invés de uma medida útil no processo de liquidar ativos numa falência.” (MODELO FLEURIET, 2014).

Neste mesmo sentido, Santi Filho e Olinquevitch (2009) estabelece que as informações que constam nas contas do Ativo Permanente e no Patrimônio Líquido são determinantes para o saldo do Capital de Giro.

Tais fatos se devem, por haver duas formas de cálculo do CDG, uma que se estabelece de forma mais simples e simplificada, e a outra de forma que abrange mais informações disponíveis no Balanço Patrimonial.

Sendo assim, segue abaixo o significado e a fórmula do CDG segundo Assaf Neto (2010):

Assim, o conceito de *capital circulante líquido* apresenta-se mais claramente identificado como o “excedente das aplicações a curto prazo (em ativo circulante) em relação às captações de recursos processadas também a curto prazo (passivo circulante). (ASSAF NETO, 2010, p.143).

De acordo com a conceituação acima, estabelece a seguinte fórmula do CCL:

$$\text{CCL} = \text{AC} - \text{PC}$$

O capital circulante líquido é conceitualmente mais bem definido como o excedente dos recursos permanentes (a longo prazo), próprios ou de terceiros, alocados pela empresa, em relação ao montante também aplicado a longo prazo. (ASSAF NETO, 2010, p.143).

Neste caso, o cálculo de dá da seguinte forma:

$$\text{CCL} = (\text{PL} + \text{ELP}) - (\text{AP} + \text{RLP})$$

Em uma análise crítica ao CDG, Santi Filho e Olinquevitch destacam que “em termos analíticos, a simples disponibilidade de CDG não é suficiente para indicar boa saúde econômico-financeira: os recursos próprios disponíveis devem ser adequados às necessidades.” (SANTI FILHO; OLINQUEVITCH, 2009, p. 85).

### **2.3.2 Necessidade de Capital de Giro (NCG)**

A Necessidade de Capital de Giro estabelece os recursos necessários para que a empresa se mantenha em funcionamento, ou seja, qual será a sua real necessidade de recursos para cobrir suas necessidades de investimentos.

Neste mesmo sentido, Santini Filho; Olinquevitch (2009) descrevem que “a variável Necessidades Líquidas de Capital de Giro (NLCDG) constitui a principal determinante da situação financeira das empresas.” (SANTINI FILHO; OLINQUEVITCH, 2009 p. 18).

Para realizar o cálculo da NCG, é necessário o desmembramento das contas do ativo e passivo circulante em contas de origem operacional e financeira, ou seja, identificar o Ativo Circulante Operacional (recursos aplicados nas operações da empresa) e o Passivo Circulante Operacional (fontes de recursos advindos das operações da empresa).

O Ativo Circulante Operacional engloba-se contas como: contas a receber; estoque produtos acabados ou em andamento; estoque de matéria prima e despesas antecipadas; outros ativos a receber.

No Passivo Circulante Operacional engloba-se contas como: fornecedores; salários e encargos sociais; outros ativos a pagar.

Sendo assim, a fórmula da Necessidade do Capital de Giro é a seguinte:

$$\text{NCG} = \text{ACO} - \text{PCO}$$



### 2.3.3 Tesouraria (T)

As contas que compõem a classificação tesouraria são aquelas as quais não possuem uma relação direta com as atividades operacionais da empresa, ou seja, faz parte desse agrupamento no ativo algumas contas como: caixa, bancos e aplicações financeiras e no passivo como: empréstimos de curto prazo, juros e dividendos.

Santini Filho e Olinquevitch (2009) relatam a seguinte diferença entre tesouraria e NCG:

As contas que compõem a Tesouraria têm uma particularidade muito importante: **não estão relacionadas diretamente com as atividades operacionais da empresa**. Isto quer dizer que, quando de sua realização, vão direto para o fluxo de caixa e não necessariamente (como é o caso das contas que compõem as NLCDG) retornam para o Ativo e os Passivos Circulantes. (SANTINI FILHO; OLINQUEVITCH, 2009 p. 64).

O saldo tesouraria, conforme Assaf Neto (2010) descreve que “a análise da liquidez por meio da classificação de seus elementos em cíclicos e financeiros é bem mais dinâmica, permitindo um melhor entendimento da solvência e liquidez de uma empresa”.

O efeito tesoura possibilita, a partir da CDG e da NCG, uma avaliação melhor da saúde financeira da empresa, ou seja, se o crescimento está acima da sua capacidade de financiamento.

Quando CDG é menor que a NCG ocorre o efeito tesoura e esse cenário pode se dar por causa como: endividamento de perfil de retorno inadequado; excesso de imobilização; prejuízos constantes; distribuição excessiva de dividendos e falta de planejamento da evolução do saldo de tesouraria.

As empresas que adotam medidas como: maior flexibilidade nos prazos de recebimentos a fim de se obter aumento nas vendas, torna-se necessário verificar-se com a estrutura de capital de giro haverá condição de se arcar com a nova política de crédito concedida.

As informações necessárias para o cálculo do efeito tesoura estão vinculadas às contas, cujos saldos não se relacionem com a atividade operacional da empresa, que são normalmente denominadas como: Outras Contas do Ativo e Passivo Circulante.

Porém, segundo Santini Filho e Olinquevitch, “outra forma de reclassificar as contas para compor a Tesouraria é pela exclusão: depois de identificadas aquelas que fazem parte das Necessidades Líquidas de Capital de Giro (NLCDG), as demais pertenceriam à Tesouraria.” (SANTINI FILHO; OLINQUEVITCH, 2009 p. 62).

Sendo assim, a fórmula utilizada para se calcular o efeito tesoura é a seguinte:

$$\text{Tesouraria} = (\text{AC} - \text{PC} - \text{NLCDG})$$

ou

$$\text{Tesouraria} = (\text{Demais Contas do AC} - \text{Demais Contas do PC})$$

## **2.4 Sistema Gerencial**

A contabilidade gerencial é considerada um instrumento de auxílio à tomada de decisões, a exemplo do controle interno, do planejamento e das perspectivas de futuro.

Segundo Padoveze (2010, p.11), “a contabilidade gerencial pode ser caracterizada, com um enfoque especial a várias técnicas e procedimentos contábeis já conhecidos e tratados na contabilidade financeira, de forma a auxiliar os gerentes das entidades em seu processo decisório”.

### **2.4.1 Controladoria**

Há uma relação estreita entre a Controladoria Financeira e a Contabilidade Gerencial, pois as mesmas são essenciais no auxílio aos gestores no processo de tomada de decisão.

Frezatti (2009, p. 26-27), define que “a controladoria é o órgão da empresa cuja missão consiste em zelar pela eficácia do seu processo de gestão, tanto para finalidades externas como internas”, isto é, cuidar para que os usuários disponham de todas as informações necessárias para que possam atingir plenamente os seus objetivos.

Menezes (2001) afirma que “para exercer de maneira correta sua função, monitorando o sistema de medição da empresa, a Controladoria deve dispor dos seguintes enfoques de responsabilidade (*accountability*)”:

**Contabilidade financeira:** Onde se buscará o custo do produto para fins de apuração de estoques e todos os elementos do sistema contábil para fins de reporte externo.

**Contabilidade gerencial:** Onde se buscará o controle das decisões e de seus impactos na empresa para fins de gestão do negócio.

**Contabilidade estratégica:** Onde se buscará o exercício da estratégia competitiva através da gestão e mensuração dos custos das atividades de produção e administração, para apoiar sinergicamente as funções que compõem a empresa, estruturada na sua gestão estratégica global. (MENEZES, 2001, p.84-85).

De acordo com Almeida, Parisi e Pereira (2001), na avaliação de desempenho, seja dos gestores ou das áreas de responsabilidade, a Controladoria estará,

Elaborando a análise de desempenho econômico das áreas;  
Elaborando a análise de desempenho dos gestores;  
Elaborando a análise de desempenho econômico da empresa;  
Avaliando o desempenho da própria área. (ALMEIDA, PARISI E PEREIRA (2001, p. 350).

Podemos concluir que a Controladoria é uma área de responsabilidade bem definida, que conduz os processos de avaliação de desempenhos econômicos, apoio aos processos para tomada de decisão, manutenção das informações gerenciais, apuração e análise de custos das entidades, buscando sempre aperfeiçoar o resultado de forma global para a organização.

#### **2.4.2 Indicadores de Desempenho Econômicos e Financeiros**

Segundo Ludícibus (1998), os indicadores econômicos e financeiros têm como função fornecer o desempenho da empresa aos usuários da informação contábil. São indicadores que tentam medir a força de ganhos das organizações. Servem como medidas especialmente da efetividade do gerenciamento das organizações. São eles:

### **2.4.3 Retorno do Investimento (ROI) - RETURN ON INVESTMENT**

O ROI é utilizado na avaliação de investimento, ou seja, quanto que determinado investimento irá remunerar a empresa. O ROI mostra a taxa de retorno que o acionista tem em relação ao investimento feito por ele na organização.

Segundo Padoveze (2009) este critério relaciona o lucro obtido pela divisão, o percentual obtido é o retorno do investimento. Em uma análise de rentabilidade setorial, devemos considerar, em princípio, apenas os dados específicos de cada divisão, os itens que tiverem caráter genérico, como os itens financeiros, não operacionais ou impostos devem ser considerados para o total da empresa.

A informação gerada pelo ROI é de extrema importância para tomada de decisões relacionadas à permanência, redução ou incremento dos investimentos nas organizações. É obtido pela divisão do lucro operacional pelo respectivo valor do investimento (total capital).

$$\text{ROI} = \text{LUCRO OPERACIONAL} / \text{INVESTIMENTOS}$$

### **2.4.4 Lucro Residual**

De acordo com MARTINS (2001), o lucro residual é uma medida de desempenho tradicional, o mesmo demonstra que a criação de riqueza ocorre sempre que a entidade investir em projetos cujos retornos superem o custo de capital.

Ainda de acordo com MARTINS, (2001, p. 244), "o lucro residual pode ser entendido como os recursos gerados pela entidade que sobram após a dedução dos juros reais aplicados sobre o capital investido pelos sócios".

Por fim, cabe ressaltar que Portela (2000, p.14) destaca "o lucro residual é um importante instrumento de avaliação", porque deixa claro que a companhia deve se preocupar não só com o crescimento de seus lucros, mas também com o retorno que proporciona sobre o capital empregado.

$$\text{LUCRO RESIDUAL} = \text{LUCRO LÍQUIDO} - \text{CUSTO OPORTUNIDADE} / \text{INVESTIMENTOS}$$

O lucro residual pode ser calculado em duas óticas: na visão geral em que o lucro já deduzido o custo de oportunidade é relacionado com os ativos totais; e na visão dos acionistas, sendo nesta relacionado o lucro líquido deduzido o custo de oportunidade mínimo que os investidores esperam ter como retorno ao fazerem investimentos no negócio.

A principal diferença das duas óticas é que na primeira visão considera-se além do custo de capital próprio o custo de capital de terceiros, por outro lado na segunda leva é considerado apenas o custo de capital próprio, ou seja, o que os acionistas esperam como retorno pelos investimentos realizados.

Esse indicador de lucro residual tem por finalidade verificar se o lucro deduzido do mínimo que os acionistas esperam como retorno está superior ou inferior a este custo de oportunidade, caso seja superior, os gestores estão sendo eficientes na geração de lucro, porém se for inferior pode haver problemas de eficiência desses gestores na geração de lucros.

### 3 METODOLOGIA

O presente capítulo descreve o caminho traçado pelos alunos para o desenvolvimento deste trabalho aqui apresentado. A partir das definições abaixo, podemos classificar esta pesquisa como bibliográfica e documental.

Lakatos e Marconi definem como pesquisa bibliográfica,

a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debate que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas quer gravadas. (LAKATOS E MARCONI, 2002, p.71).

Desta forma, podemos afirmar que a pesquisa bibliográfica é um excelente meio de formação do trabalho, uma vez que constitui o primeiro passo de toda esta pesquisa, ou seja, não é mera repetição do que já foi escrito e sim o mesmo assunto sob um enfoque distinto, com conclusões inovadoras.

Já a pesquisa documental é muito próxima da pesquisa bibliográfica, conforme descreve Gil,

a pesquisa documental apresenta algumas vantagens por ser “fonte rica e estável de dados”: não implica altos custos, não exige contatos com os sujeitos da pesquisa e possibilita uma leitura aprofundada das fontes. Ela é semelhante à pesquisa bibliográfica, segundo o autor, e o que a diferencia é a natureza das fontes, sendo material que ainda não recebeu tratamento analítico, ou que ainda pode ser reelaborado de acordo com os objetivos da pesquisa. (GIL, 2002, pg. 62-63)

Partindo destas definições concluímos que a pesquisa foi bibliográfica, pois foram utilizadas diversas literaturas e documentos, pois utilizamos o conjunto de demonstrações financeiras da Celulose Irani, incluindo as notas explicativas, que foram publicadas em seu site.

#### 4 ANÁLISE DE DADOS

A Celulose Irani S/A é uma companhia aberta e apresenta sede e foro em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, a companhia e suas controladas tem suas atividades preponderantes relacionadas à indústria de embalagens de papelão ondulado, papelão para embalagens, industrialização de produtos resinosos e seus derivados. Atua no segmento de florestamento e reflorestamento, e utiliza como base de toda sua produção a cadeia produtiva de florestas plantadas e a reciclagem de papel.

A Celulose Irani fabrica papéis de 30 a 200 g/m<sup>2</sup>, a unidade de fabril papel está localizada em Vargem Bonita, os papéis Irani são comercializados no Brasil e no mercado internacional.

No segmento de resina, a Celulose Irani produz resinas a partir da extração natural de *Pínus* de acordo com as normas ambientais de manejo para a manufatura de breu e terebintina, matérias-primas de grande versatilidade de aplicações em produtos como vernizes, tintas e adesivos e esmaltes. Sua unidade fabril está localizada em Balneário Pinhal no Estado do Rio Grande do Sul e tem capacidade para produzir 50 toneladas por dia de Breu e 15 toneladas por dia de Terebintina, o principal mercado no segmento de resina é o Rio Grande do Sul.

No segmento de Embalagens e chapas de papelão ondulado a Celulose Irani é uma das principais indústrias nacionais. Em sua produção, utiliza papéis de várias gramaturas com excelente desempenho e chapas de papelão ondulado em ondas simples e duplas com rigoroso controle de qualidade e suporte técnico.

A Celulose Irani é uma empresa essencialmente de base florestal, tendo como fonte principal de matéria-prima as florestas plantadas de *Pínus*.

As Unidades Florestais da IRANI têm como principal objetivo suprir a demanda de madeira para a produção de celulose e energia nas fábricas de papel e embalagem de Santa Catarina, e a demanda de resina para a produção de breu e terebintina no Rio Grande do Sul, além de comercializar madeira no mercado regional. Para a fabricação dos produtos de papelão ondulado, a IRANI possui duas unidades fabris nas cidades de Vargem Bonita (SC) e Indaiatuba (SP).

## Aplicabilidades do CPC-29

Nas demonstrações financeiras do grupo Irani S.A foi possível verificar que é realizada a mensuração dos ativos biológicos conforme orienta o CPC-29. Nesse sentido, a empresa mensura os seus ativos a valor justo semestralmente e como a colheita das florestas plantadas é realizada em função da matéria prima utilizada, não há distorções significativas no valor justo quando da colheita.

A composição dos saldos do ativo biológico é a somatória dos custos de formação do ativo com o diferencial do valor justo sobre o custo de formação.

No que se refere ao item 50 do CPC-29 o qual trata sobre as conciliações das mudanças no valor contábil de um período para outro, a Irani S.A apresentou as movimentações conforme abaixo representado pela tabela publicada em suas notas explicativas.

**Tabela 1 – Demonstração das movimentações do Ativo Biológico.**

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31.12.11	128.516	239.997
Plantio	5.126	5.748
Exaustão		
Custo histórico	(601)	(3.369)
Valor justo	(1.764)	(15.851)
Transferência para capitalização em controlada	(3.370)	-
Varição do valor justo	32.005	36.767
Saldo em 31.12.12	<u>159.912</u>	<u>263.292</u>
Plantio	5.557	6.721
Exaustão		
Custo histórico	(965)	(3.499)
Valor justo	(647)	(17.887)
Transferência para capitalização em controlada	(13.251)	-
Baixa	(9)	(9)
Varição do valor justo	(3.959)	20.107
Saldo em 31.12.13	<u>146.638</u>	<u>268.725</u>

Fonte: Dados da pesquisa

Sobre o item 43 do CPC-29 o qual orienta a divulgação dos grupos de ativos biológicos, ou seja, fases em que a cultura se encontra, a empresa evidencia em



suas notas explicativas que a organização possui apenas um grupo de ativo biológico o qual são florestas.

Deste grupo de ativos biológicos a companhia considera R\$ 189.129 como florestas utilizadas como matéria-prima para a produção de celulose e papel, dos quais R\$ 145.550 são de florestas formadas com mais 6 anos. O restante refere-se a florestas em formação.

Para o reconhecimento do valor justo de seus ativos biológicos, a companhia utiliza a projeção dos fluxos de caixa futuros de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas nos ciclos de corte determinados, observando as variações de preços e a maturação da floresta.

A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa foi a de Custo de Capital Próprio, estimado através de análise do retorno esperado pelos investidores.

Os preços praticados nos últimos dois anos e pesquisas de mercado nas regiões de localização dos ativos formam a base para determinação do preço atribuído aos ativos, levando em consideração os gastos necessários à colocação dos ativos em condição de venda.

Atendendo ao requerido pelo CPC 29, a companhia, no item 14, letra A, das suas demonstrações financeiras, divulga as principais premissas utilizadas no cálculo do valor justo dos ativos: a) a remuneração dos ativos próprios que contribuem (arrendamento) à taxa de 3% a.a, e b) à taxa de desconto de 8,5% a.a e 9,5% a.a para os ativos de áreas próprias em SC e RS, e SC respectivamente.

### **Subvenções Governamentais**

O Estado de Santa Catarina oferece incentivo fiscal de ICMS à companhia, onde 60% do incremento do imposto são diferidos para pagamento após 48 meses, a uma taxa de juros de 4% ao ano. A apuração deste benefício é realizada mensalmente e condiciona-se à realização de investimentos planejados, manutenção de empregos e regularidade frente às exigências do Estado, condições que, segundo informado pela empresa, estão sendo devidamente atendidas.

O benefício possui vigência de 14 anos, com término previsto para dezembro de 2022, ou limitando-se ao teto de R\$ 55.199 mi de ICMS diferido. A empresa, até o final do exercício de 2013, registrava um passivo diferido de R\$ 22.581 mi referentes

ao diferimento do ICMS, aproximando-se dos 50% de utilização do limite estabelecido pelo Estado.

A celulose Irani trata os diferimentos de impostos concedidos pelo Governo a uma taxa de juros abaixo do mercado, como subvenções governamentais, mensurando-os pela diferença do valor calculado com base nas taxas praticadas no mercado e os valores obtidos através deste benefício.

Baseado nas diferenças fiscais temporárias, dadas pelas variações cambiais, ajustes dos custos atribuídos e variações do valor justo estimado dos ativos biológicos, a companhia calcula o imposto de renda e contribuição social diferidos.

Nos exercícios de 2012 e 2013, foi adotado pela empresa, o regime de caixa para apuração impostos diferidos passivos oriundos das variações cambiais, sendo registrado um passivo fiscal diferido resultado dessa variação.

A avaliação do valor justo dos ativos biológicos e o custo atribuído ao ativo imobilizado originaram a apuração e registro de impostos diferidos passivos, estes ajustados pela revisão da vida útil dos imobilizados.

### **Análises dos aspectos Financeiros e Gerenciais**

Nesta seção serão analisados os aspectos financeiros e gerenciais da organização Celulose Irani S.A. Abaixo é demonstrada uma tabela dos cálculos de saldo em tesouraria comparativo de 2012 e 2013 da empresa.

**Tabela 2 Cálculo de indicadores financeiros**

<small>(Em milhares de reais)</small>		
<b>CÁLCULO MODELO FLEURIET - CELULOSE IRANI S.A 2012 E 2013</b>		
<b>NGC</b>	<b>CONSOLIDADO 2012</b>	<b>CONSOLIDADO 2013</b>
<b>ACO - PCO</b>	60.145	45.344
<b>CDG</b>	29.790	<b>-9.439</b>
<b>PNC - ANC + PL</b>		
<b>TESOURARIA</b>	<b>-30.355</b>	<b>-54.783</b>
<b>CDG - NCG</b>		

Fonte: Dados da pesquisa

Analisando os dados presentes no balanço patrimonial com exercício findo em dezembro/2013 e as análises realizadas dos indicadores financeiros com base no modelo dinâmico de FLEURIET, pode-se verificar que a empresa apresenta problemas temporários de saúde financeira.

Os indícios que possivelmente podem explicar o cenário em que a organização se enquadra são: significativo aumento do ativo imobilizado; aumento no contas a receber; aumento na distribuição de dividendos e aumento das captações.

A organização apresentou uma variação positiva de aproximadamente 51% nas suas captações de recursos a capital de terceiros, tendo como peso maior a captação para capital de giro da empresa conforme tabela abaixo:

**Tabela 3 – Captações em moeda nacional**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
<b>Circulante</b>				
Moeda nacional				
Finame	5.646	2.641	6.893	2.641
Capital de giro	37.093	33.288	47.073	33.288
Capital de giro - CDCA	16.490	16.306	16.490	16.306
Leasing financeiro	1.303	1.419	1.435	1.433
Cédula de crédito imobiliário - CCI	-	-	-	8.839
BNDES	-	-	10.327	-
Total moeda nacional	60.532	53.654	82.218	62.507
<b>Não Circulante</b>				
Moeda nacional				
Finame	21.855	7.796	22.300	7.796
Capital de giro	98.049	18.880	98.049	18.880
Capital de giro - CDCA	54.070	66.741	54.070	66.741
Leasing financeiro	1.244	982	1.462	993
BNDES	-	-	48.262	-
Total moeda nacional	175.218	94.399	224.143	94.410

Fonte: Dados da pesquisa

Verificando a demonstração do exercício publicado pela organização, é possível verificar que houve um aumento na receita de vendas em um percentual de aproximadamente 25% em 2013 com relação a 2012.

Nas notas explicativas é evidenciado que o PMR (prazo médio de recebimento) adotado é de 48 dias, ou seja, contas a receber se renova aproximadamente oito vezes no período de um ano.

Esse aumento na receita de vendas pode ter sido influenciado pela dilatação do prazo médio de recebimento e pelo custo de oportunidade repassado aos clientes devido à organização financiá-los por esse prazo de tempo.

Observando o balanço patrimonial extrai-se que o contas a receber teve um crescimento na ordem de aproximadamente 39%, ou seja, das receitas de vendas que ocorreram e que foi registrada pelo regime de competência, uma parte dessa receita não afetou o caixa.

Outro ponto a observar é o aumento do saldo de imobilizado de 2012 para 2013, sendo a variação de aproximadamente 31%.

O que se pode interpretar desses dados extraídos das demonstrações é que a empresa adotou ou está em processo de alavancagem operacional, para isso ela recorreu ao capital de terceiros a fim de investir mais no aumento de sua produção, isso se explica o aumento das captações de recursos para capital de giro.

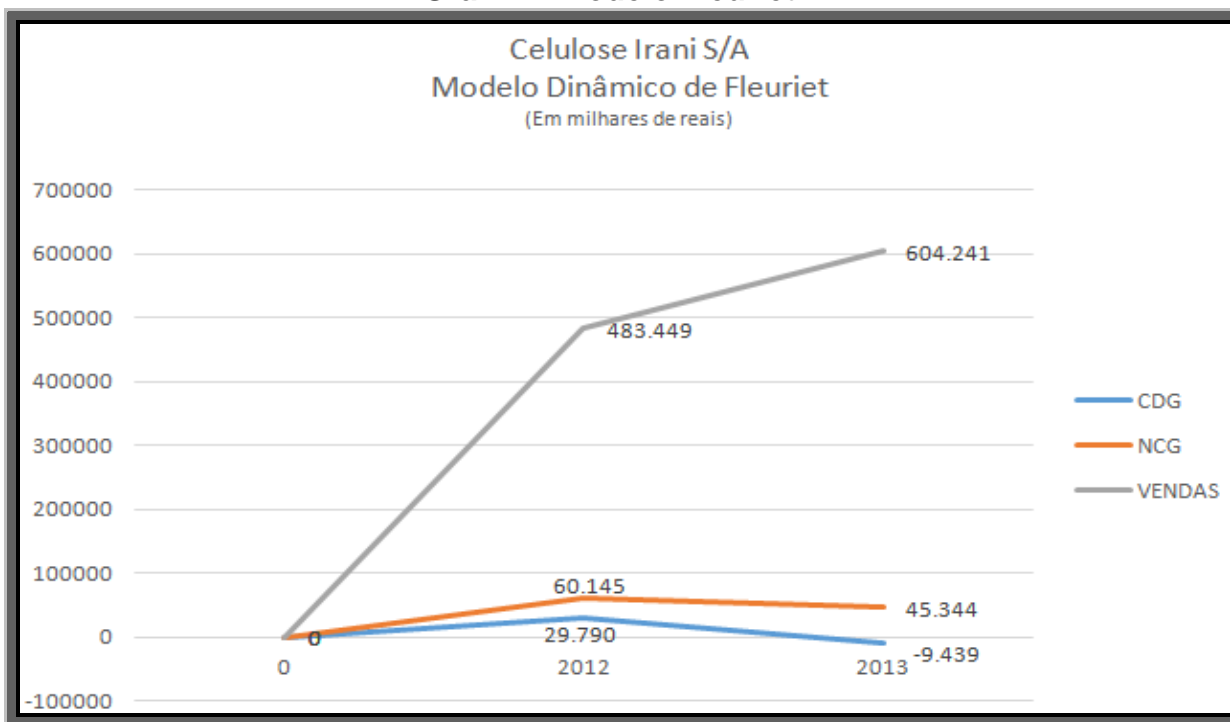
Os recursos captados podem ter sido aplicados em imobilizados com o intuito de expandir a produção, isso pode explicar o aumento do saldo dessa conta. Porém a empresa possui uma política de prazo para recebimento de 48 dias, ou seja, suas contas a receber gira pouco no ano. Isso se explica pelo fato do negócio ser baseado em culturas de florestas, as quais duram um período maior que um ano para os produtos estarem prontos para a comercialização.

Analisando a fórmula do NCG e CDG percebe-se que com o aumento no contas a receber o impacto na Necessidade de Capital de Giro é negativo, da mesma forma o aumento do imobilizado impacta negativamente o Capital de Giro.

Nesse sentido, os cálculos da NCG e CDG exemplificam o que está ocorrendo na Celulose Irani S.A, pois nos anos de 2012 e 2013 ela apresentou saldos de tesouraria negativos que podem ser explicados por meio do que já foi discorrido acima.

Os perfis financeiros os quais a empresa está inserida são conforme gráficos abaixo:

**Graf. 1 – Modelo Fleuriet**



Fonte: Elaborado pelos autores

Observando o gráfico, percebe-se que a empresa em 2012 está enquadrada no perfil em que a necessidade de capital de giro é maior que o capital de giro, tornando o saldo em tesouraria negativo.

Em 2013, o cenário em que a organização encontra-se torna ainda mais crítico, pois o capital de giro é negativo, logo acentua ainda mais a negatividade do saldo em tesouraria. Neste cenário a empresa luta pela sua sobrevivência, pois tende a buscar cada vez mais recursos a terceiros para financiar seus negócios e cada vez se torna mais endividada.

**Tabela 3 – Cálculo do ROI por segmento de negócios**

<b>Consolidado 2012</b>			
<i>(Em milhares de reais)</i>			
<b>ROI</b>	<b>Embalagem PO</b>	<b>Papel para embalagem</b>	<b>Florestal RS e resina</b>
	-0,58%	9,36%	6,14%

<b>Consolidado 2013</b>			
<i>(Em milhares de reais)</i>			
<b>ROI</b>	<b>Embalagem PO</b>	<b>Papel para embalagem</b>	<b>Florestal RS e resina</b>
	4,91%	12,33%	14,94%

Fonte: Elaborado pelos autores

Analisando os dados presentes na tabela de cálculo do ROI por segmento da Celulose Irani S.A, pode-se aferir que os segmentos que obtiveram melhores indicadores foram Papel para embalagem e Florestal RS e resina, sendo que no comparativo, Florestal RS e resina tiveram pior desempenho em 2012 e melhor em 2013, já no segmento Papel para embalagem ocorreu o contrário.

Se a análise fosse realizada tomando como termos absolutos o lucro de cada segmento conforme demonstração nos anexos, confirmaria os resultados obtidos em termos percentuais, ou seja, o segmento Embalagem PO apresentaria menor desempenho, a Papel para embalagem e Florestal RS e resina melhores desempenhos.

Porém a análise por termos absolutos é limitada, pois proporciona uma visão apenas de uma variável sem levar em consideração outros dados de relevância para comparabilidade. Quando se analisa o ROI, faz-se uma relação com as variáveis lucro e investimentos, ou seja, essa relação mostra o grau de eficiência do gestor para gerar lucro dado um investimento que foi realizado.

Uma organização pode gerar um lucro muito vultoso em termos absolutos, porém para dizer se houve ou não eficiência na geração desse lucro a relação com os investimentos é necessária, e se esses investimentos forem muito superiores ao lucro, certamente o índice de ROI será muito baixo podendo chegar a ser negativo, como ocorreu no segmento embalagem PO no ano de 2012 da Celulose Irani S.A.

Esse segmento no ano de 2012 teve uma margem de lucratividade negativa de aproximadamente 0,30%, bem abaixo da margem média das demais empresas que giram em torno dos 5%. Agravando ainda mais o índice de desempenho, os

investimentos foram altos considerando que o segmento obteve prejuízo nesse período.

**Tabela 3 – Cálculo do Lucro Residual segmento negócios**

<b>Consolidado 2012</b>			
<i>(Em milhares de reais)</i>			
<b>LUCRO RESIDUAL</b>	<b>Embalagem PO</b>	<b>Papel para embalagem</b>	<b>Florestal RS e resina</b>
	-11,08%	-1,14%	-4,36%
<b>Consolidado 2013</b>			
<i>(Em milhares de reais)</i>			
<b>LUCRO RESIDUAL</b>	<b>Embalagem PO</b>	<b>Papel para embalagem</b>	<b>Florestal RS e resina</b>
	-5,59%	1,83%	4,44%

Fonte: Elaborado pelos autores

Na análise de do lucro residual foi considerada a taxa básica de juros (SELIC) como custo do capital investido. Desta forma, analisando a tabela acima nota-se que no ano de 2012 todos os segmentos tiveram índices negativos, ou seja, o lucro gerado nesse período pelos segmentos não corrige nem mesmo os efeitos da inflação.

O lucro residual calculado demonstra quanto de percentual faltará de retorno aos acionistas para apenas a correção da inflação, ou seja, o resultado foi bem abaixo do que se esperava.

Em 2013, os índices melhoraram um pouco, corrigindo apenas os efeitos da inflação sobre os investimentos, porém os acionistas não esperam investir em um negócio que lhes ofereça somente a correção inflacionária do seu investimento, pois dessa forma eles não estariam ganhando nada para aplicar seus recursos no negócio.

## 5 CONCLUSÃO

Em relação ao primeiro objetivo traçado, a empresa Celulose Irani S.A cumpriu o que dispõe o CPC-29 ativo biológico, pois a tratativa dada aos ativos biológicos levou em consideração o valor justo como base de avaliação, ou seja, a empresa estimou qual seria o preço que seu produto valeria no mercado futuro trazendo-o a valor presente.

A estimativa de quanto um determinado produto valerá no futuro, gera diferenças fiscais temporárias, porém como a empresa tem a opção de utilizar o benefício das subvenções governamentais, os impostos sobre a renda são diferidos no passivo quando ocorrem ganhos, nesse mesmo sentido, quando ocorrem perdas, elas podem ser compensadas em período futuro, ou seja, registra se esses direitos no ativo como impostos diferidos.

No que diz respeito à evidenciação nas demonstrações dos grupos em que os ativos biológicos encontram-se, a organização também atendeu ao CPC-29, demonstrando que possui apenas um grupo de ativos biológicos e fez referência descritiva dos estágios em que as florestas se encontram.

A organização demonstrou em seus relatórios financeiros quais as premissas adotadas para reconhecimento do valor justo menos as despesas de venda, nesse sentido a empresa atendeu o CPC-29 que orienta a evidenciação dessas informações nas notas explicativas.

No que se refere às conciliações entre o custo do ativo biológico e as variações que contribuiriam para seu aumento ou redução, tais como: perdas, ganhos, exaustão e transferência para capitalização em controladas, a empresa seguiu as orientações dispostas no CPC-29 que dispõe que as empresas devem evidenciar as conciliações dos aumentos e reduções no valor dos ativos biológicos.

Com relação aos aspectos financeiros da Celulose Irani S.A, é perceptível que ela se encontra em um cenário de alavancagem operacional, sendo que os investimentos realizados proporcionarão um retorno em longo prazo, tendo em vista o período de formação das culturas florestais. Isso justifica a ocorrência de índices financeiros abaixo do normalmente esperado.

Não se pode afirmar que a empresa se manterá neste perfil por vários anos, pois como abordado acima, no processo de alavancagem dessa empresa, os seus investimentos são realizados com vistas a retornos futuros gerados pelas colheitas



das matérias primas base para as atividades, nesse sentido, muito provável os baixos índices financeiros de saldo em tesouraria serão compensados pelos retornos na data de realização das receitas.

Os indicadores de ROI e Lucro Residual reafirmam o que já foi tratado sobre o cenário de possível alavancagem operacional que a organização se encontra e o período longo para que os retornos sobre os investimentos sejam realizados.

Nesse sentido, se as vendas decorrentes dessa nova estrutura que a empresa está adotando, estrutura essa que requisitou grande investimento em especial no imobilizado, tem um período maior para obter esse retorno, certamente os investidores estão cientes do “*lead time*” para obterem o retorno e sabem dos riscos e que podem incorrer em investir na organização.

Lembrando que como foi dito anteriormente, como o ramo de atividade da empresa demanda tempo para formação de suas culturas, os investimentos são realizados com perspectivas de retorno em longo prazo.

Diante disso, é verificável que a Contabilidade contribui tanto nas perspectivas financeiras e gerenciais, pois é por meio dos dados fornecidos por ela que consegue se chegar aos indicadores de NCG, CDG e Saldo em tesouraria, ROI e Lucro Residual.

Esses indicadores por sua vez ilustram a saúde financeira em que a organização se encontra e qual a capacidade de eficiência dos gestores em maximizar o retorno para os acionistas.

No que se trata da Contabilidade na perspectiva fiscal, ela pode contribuir na análise de qual o melhor planejamento fiscal deve ser adotado, pois como a Contabilidade Financeira é baseada em fatos históricos, é possível comparar um período com outro e verificar qual tipo de planejamento tributário melhor se adaptar às reais necessidades da organização.

Nesse sentido, a Contabilidade contribui em seus diversos aspectos para prestar informações de forma clara e objetiva, aos usuários sejam internos ou externos utilizando de dados históricos e estimados como os cálculos que foram tratados neste trabalho.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lauro Brito de; PARISI, Cláudio; PEREIRA, Carlos Alberto. Controladoria. In: CATELLI, Armando (Coord.). **Controladoria: uma abordagem da Gestão Econômica - Gecon**. São Paulo: Atlas, 2001.

ARAÚJO, Massilon J. **Fundamentos de agronegócios**. São Paulo, Ed. Atlas, 2003.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL, **Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999**. Institui o Regulamento do Imposto de Renda. Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. Disponível em: < <http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/rir/>> Acesso em: 14 de Out. 2014.

BRASIL, **Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de Dezembro de 1977**. Altera a legislação do imposto sobre a renda. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del1598.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1598.htm)> Acesso em: 13 de out. 2014.

BRASIL, **Lei nº 9.718, de 27 de Novembro de 1998**. Altera a Legislação Tributária Federal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9718.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9718.htm)> Acesso em: 13 de out. 2014.

BRASIL, **Lei nº 11.638, de 28 de Dezembro de 2007**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm)> Acesso em: 10 de out. 2014.

BRASIL, **Lei nº 12.814, de 16 de Maio de 2013**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2011-2014/2013/Lei/L12814.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2013/Lei/L12814.htm)> Acesso em: 13 de out. 2014.

CHAGAS, M. J. R. et al. **Evidenciação das subvenções e assistências governamentais recebidas pelas OSCIPs: uma análise empírica nos estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte**. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/13semead/resultado/trabalhosPDF/500.pdf>> Acesso em: 11 de out. de 2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – **CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais**. Disponível em: <[http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/167\\_CPC\\_07\\_R1\\_rev%2003.pdf](http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/167_CPC_07_R1_rev%2003.pdf)> Acesso em: 13 de out. 2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 29 Ativo Biológico e Produto Agrícola**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=60>> Acesso em: 19.Out.2014

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – **CPC 32 (R1) Tributos Sobre o Lucro**. Disponível em:

<[http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/340\\_CPC\\_32\\_rev%2004.pdf](http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/340_CPC_32_rev%2004.pdf)>  
Acesso em: 13 de out. 2014.

FREZATTI, Fábio... [ET AL.]. **Controle Gerencial**: uma abordagem da contabilidade gerencial no contexto econômico, comportamental e sociológico. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços**. São Paulo: Atlas, 1998.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M.A.. **Técnicas de pesquisa**: Planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados, 5º Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LOUREIRO, Débora Queiroz; GALLON, Alessandra Vasconcelos; DE LUCA, Márcia M. Mendes. **Subvenções e Assistências Governamentais (SAG): evidenciação e rentabilidade das maiores empresas brasileiras**. Revista de Contabilidade e Organizações, vol. 5, n. 13 (2011), p. 34-54. Disponível em: <<http://www.rco.usp.br/index.php/rco/article/view/305/210>> Acesso em: 09 de out. de 2014.

MARTINS, Eliseu. **Avaliação de empresas**: da mensuração contábil à econômica. São Paulo: Atlas, 2001.

MENEZES, Luiz Leite de. **Os novos paradigmas para a Controladoria em face da economia digital**: uma abordagem como gestor da informação. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MODELO FLEURIET. **O efeito tesoura**. Disponível em: <<http://www.modelo-fleuriet.com/o-efeito-tesoura/>>. Acesso em: 13 out. 2014.

MODELO FLEURIET. **Saldo de tesouraria**. Disponível em: <<http://www.modelo-fleuriet.com/saldo-de-tesouraria/>>. Acesso em: 13 out. 2014.

MODELO FLEURIET. **Uma nova definição do Capital de Giro**. Disponível em: <<http://www.modelo-fleuriet.com/uma-nova-definicao-capital-de-giro/>>. Acesso em: 13 out. 2014.

PADOVEZE, Clóvis Luiz. **Controladoria Básica**. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

PORTELLA, Gualter. Lucro residual e contabilidade: instrumental de análise financeira e mensuração de performance. São Paulo: Caderno de Estudos, Fipecafi, nº 12, janeiro/junho 2000.

RECH, I.J; PEREIRA, I.V.; JOSEMAR, R.O. **Impostos diferidos na atividade pecuária originados da avaliação dos ativos biológicos pelo seu valor justo**: um estudo de seu reconhecimento e evidenciação nas maiores propriedades rurais

do Estado do Mato Grosso. Revista Universo Contábil, Blumenau, v. 4, n. 2, p. 42-58, abr./jun. 2008.

RUFINO, José Luís dos Santos. **Origem e conceito do agronegócio**. *Informe Agropecuário*, Belo Horizonte: Epamig, V.20, nº 199, p.17-19, jul./ago.1999.

SANTI FILHO, Armando de; OLINQUEVITCH, José Leônidas. **Análise de Balanços para Controle Gerencial**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, J. Miguel; RODRIGUES, Agostinho Inácio. **LALUR – Guia Prático de Escrituração do Livro de Apuração do Lucro Real 2006**. 4. ed. São Paulo, Cenofisco, 2006.

TONETTO FILHO, V.; FREGONESI, M. S. F. A. **Análise da variação dos índices de endividamento e liquidez e do nível de divulgação das empresas do setor de alimentos processados com a adoção das normas internacionais**. Disponível em:

<<http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos102010/513.pdf>> Acesso em: 11 de out. de 2014.

WANDERLEY, Carlos Alexandre Nascimento; SILVA, Anderson Chaves da; LEAL, Rodrigo Barreiros. **Tratamento contábil de ativos biológicos e produtos agrícolas: uma análise das principais empresas de agronegócio brasileiro**: Pensar contábil, Rio de Janeiro, v.14, n.53, p. 53-62, jan/abr.2012.

## ANEXOS

### CELULOSE IRANI S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO  
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12			31.12.13	31.12.12		
<b>CIRCULANTE</b>						<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	122.300	95.051	135.005	96.922	Captações	15	98.019	70.372	119.705	79.225
Contas a receber de clientes	6	127.967	93.785	129.970	96.781	Debêntures	16	38.545	39.026	53.041	39.026
Estoques	7	51.031	38.064	60.838	38.110	Fornecedores	17	121.325	60.155	90.575	43.747
Impostos a recuperar	8	5.133	4.083	7.721	4.083	Obrigações sociais e previdenciárias		30.261	23.369	32.534	23.657
Dividendos a receber		7.987	5.307	-	-	Obrigações tributárias		11.660	6.085	13.591	6.684
Bancos conta vinculada	9	1.161	931	2.730	931	IR e CSLL a pagar		-	-	761	891
Outros ativos	10	9.956	12.309	11.672	12.845	Parcelamentos tributários	18	4.766	5.085	10.260	5.235
Total do ativo circulante		325.535	249.530	347.936	249.672	Adiantamento de clientes		562	955	1.618	975
						Dividendos a pagar		19.772	9.957	19.772	9.957
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						Outras contas a pagar		10.670	10.871	15.518	10.485
Impostos a recuperar	8	3.207	2.766	3.625	2.766	Total do passivo circulante		335.580	225.875	357.375	219.882
Depósitos judiciais	20	628	574	1.122	632						
Outros ativos	10	6.692	6.806	7.542	9.218	<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Partes relacionadas	19	1.005	1.553	1.005	1.553	Captações	15	301.930	208.990	350.855	209.001
Ativos biológicos	14	146.638	159.912	268.725	263.292	Debêntures	16	100.688	131.712	109.885	80.978
Total do ativo realizável a longo prazo		158.170	171.611	282.019	277.461	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	20	33.908	37.735	44.078	38.037
						Parcelamentos tributários	18	1.560	6.245	40.159	6.379
Investimentos	12	349.221	270.809	-	-	Obrigações tributárias		16.911	16.005	16.911	16.005
Imobilizado	13	588.111	537.075	888.403	679.734	Outras contas a pagar		-	-	1.344	-
Intangível	13	1.016	1.220	113.163	1.223	Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	143.247	149.684	222.673	183.803
Total do ativo não circulante		1.096.518	980.715	1.283.585	958.418	Total do passivo não circulante		598.244	550.371	785.905	534.203
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.422.053</b>	<b>1.230.245</b>	<b>1.631.521</b>	<b>1.208.090</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>933.824</b>	<b>776.246</b>	<b>1.143.280</b>	<b>754.085</b>
						<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
						Capital social	21.a	116.895	103.976	116.895	103.976
						Reserva de capital		960	377	960	377
						Reservas de lucros	21.d	151.280	106.405	151.280	106.405
						Ajustes de avaliação patrimonial	21.e	219.094	243.241	219.094	243.241
						Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		488.229	453.999	488.229	453.999
						Participação dos não controladores		-	-	12	6
						Total do patrimônio líquido		488.229	453.999	488.241	454.005
						<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.422.053</b>	<b>1.230.245</b>	<b>1.631.521</b>	<b>1.208.090</b>

CELULOSE IRANI S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
<b>Operações continuadas</b>					
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	24	575.365	462.443	604.241	483.449
Variação do valor justo dos ativos biológicos	14.a	(3.959)	32.005	20.107	36.767
Custo dos produtos vendidos	25	(430.810)	(350.275)	(438.092)	(352.251)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>140.596</b>	<b>144.173</b>	<b>186.256</b>	<b>167.965</b>
<b>(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS</b>					
Com vendas	25	(50.662)	(43.416)	(53.097)	(42.897)
Gerais e administrativas	25	(42.305)	(38.859)	(44.971)	(40.653)
Outras receitas operacionais	26	3.577	2.463	38.006	2.952
Outras despesas operacionais	26	(4.671)	(6.086)	(9.667)	(9.190)
Participação dos administradores	19	(7.490)	(2.931)	(7.490)	(2.931)
Resultado da equivalência patrimonial	12	79.469	19.570	-	-
<b>RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS</b>		<b>118.514</b>	<b>74.914</b>	<b>109.037</b>	<b>75.246</b>
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	28	(51.510)	(52.190)	(52.928)	(50.351)
Receitas financeiras		15.847	19.374	19.691	19.538
Despesas financeiras		(67.357)	(71.564)	(72.619)	(69.889)
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS</b>		<b>67.004</b>	<b>22.724</b>	<b>56.109</b>	<b>24.895</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	27	(472)	-	(1.284)	(997)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	876	(879)	12.585	(2.052)
<b>LUCRO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS</b>		<b>67.408</b>	<b>21.845</b>	<b>67.410</b>	<b>21.846</b>
<b>Operação descontinuada</b>					
<b>LUCRO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS</b>		<b>-</b>	<b>4.536</b>	<b>-</b>	<b>4.537</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>67.408</b>	<b>26.381</b>	<b>67.410</b>	<b>26.383</b>
Lucro atribuível a:					
Acionistas controladores		67.408	26.381	67.408	26.381
Acionistas não controladores		-	-	2	2
		<u>67.408</u>	<u>26.381</u>	<u>67.410</u>	<u>26.383</u>
<b>LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ON - R\$</b>	22	<b>0,4201</b>	<b>0,1652</b>	<b>0,4201</b>	<b>0,1652</b>
<b>LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO PN - R\$</b>	22	<b>0,4201</b>	<b>0,1652</b>	<b>0,4201</b>	<b>0,1652</b>

